




Concórdia-SC, 22 de maio de 2020

of. nº 040/2020 - AU

Ilmo. Sr.
Patrik Alves
Presidente
Comissão de Licitação
Município de Contenda
Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA	
DIVISÃO DE LICITAÇÃO	
Protocolo nº:	172
Horário:	13:45
Contenda/PR	25.05.2020
	
PROTOCOLISTA	

REF: CONCORRENCIA Nº 02/2020 - Processo Administrativo nº 254/2019
RECURSO EM FACE DA DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
QUE INABILITOU A EMPRESA ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO
DE CIDADES LTDA, DO CERTAME EM EPÍGRAFE

A Empresa **ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA**, já qualificada nos autos do Processo Administrativo nº 254/2019 – Concorrência nº 002/2020, por seu representante legal ao final assinado, vem, respeitosamente, perante essa colenda Comissão de Licitação apresentar recurso em face da decisão que inabilitou a requerente para participar do certame, conforme Termo de Julgamento de Abertura dos Envelopes, em 18 de maio de 2020.

I – DOS FATOS

A empresa **ALTO URUGUAI** protocolou os envelopes exigidos para o certame dentro dos prazos estabelecidos, sem se fazer representar no ato da abertura por seu representante legal, no dia e horário estabelecido no instrumento convocatório.

ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES
Saneamento Básico – Gestão de Cidades – Meio Ambiente



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 120552205208330537137-1
Data: 22/05/2020 17:22:01
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKB55305-YAI5;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>


Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB





Ao analisar os documentos a Comissão verificou que todos os documentos exigidos foram devidamente apresentados, mas que as declarações solicitadas no item 10.2.3.4 e item 10.2.3.5 foram apresentadas sem reconhecimento de Firma das assinaturas dos profissionais e sem assinatura do responsável legal da empresa. Destaca, ainda, que em virtude da ausência de representante da empresa na sessão de habilitação não permitiu sanear a falta de assinatura nos referidos documentos, e por esse motivo decidiu-se pela inabilitação da empresa Alto Uruguai.

II – DO MÉRITO

Muito embora a ausência de representante legal da empresa no momento da abertura na sessão para análise da documentação, em nada pode prejudicar a empresa, uma vez que a presença não se faz obrigatória, ainda mais nestes dias em que o País enfrenta a Pandemia provocada pelo COVID-19, onde é recomendado que reuniões presenciais sejam evitadas.

Por outro lado, a ausência de reconhecimento de firma dos profissionais não se caracteriza como fato suficiente para inabilitar a empresa. A exigência de firma reconhecida em documento em licitação já está relativizada no território nacional pela Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação, especialmente ao que dispõe o art. 3º da citada Lei:

Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;

ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES

Saneamento Básico – Gestão de Cidades – Meio Ambiente



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 120552205208330537137-2
Data: 22/05/2020 17:22:02
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKB55306-VP71;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>


Bel. Váber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
TJPB
Titular



II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;

III - juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo;

Pelo visto, a Comissão ao decidir pela inabilitação da Empresa se equivocou na interpretação da segunda parte do inciso I, do Art. 3º, quanto a norma estabelece que a ausência de assinatura pode ser feita pelo signatário, estando presente na sessão. A correta interpretação da norma é que essa possibilidade de sanar no momento da sessão, estando presente o representante da empresa, é uma opção e não única possibilidade. A norma não veda a solução posterior relativa a simples formalidade.

Em momento algum a lei estabelece que a confrontação da assinatura em documento deve ser feita no mesmo momento, pois, neste caso, deveriam estar presentes todos os que porventura tenham documento ou declaração assinada e juntada ao processo. A confrontação da assinatura, caso a comissão julgar necessária, é ato sanável a posterior, pois não se trata de anexar novo documento e, sim, simples regularização.

Em relação a esse assunto a jurisprudência brasileira acompanha o que já está pacificado na esfera federal a exemplo do Decreto nº 9.094/2014, que determina que o reconhecimento de firma só será necessário se houver dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal das informações, pois em geral, em face do custo envolvido, tal exigência é considerada restritiva de participação e, portanto, não é mais regra nos editais.

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA JÁ SE MANIFESTOU NO SEGUINTE SENTIDO:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO.

1. A ausência de reconhecimento de firma é mera irregularidade formal, passível de ser suprida em certame licitatório, em face dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

2. Recurso especial improvido. Discute-se no presente feito, se a falta de reconhecimento de firma do advogado subscritor da proposta em feito licitatório é suficiente para eliminação do

ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES

Saneamento Básico – Gestão de Cidades – Meio Ambiente



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 120552205208330537137-3
Data: 22/05/2020 17:22:02
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKB55307-UX99;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>


Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



certame em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Ora, a ausência de reconhecimento de firma pode ser facilmente suprida pelos demais documentos apresentados e ao longo do procedimento licitatório (grifo nosso). Deste modo, ela se constitui em mera irregularidade, perfeitamente sanável, pois não causa qualquer prejuízo ao interesse público. 6 Nessa seara, a legalidade estrita cede terreno à instrumentalidade das exigências do edital, porquanto a irregularidade ocorrida (falta de reconhecimento de firma do instrumento de procuração) constitui-se em defeito irrelevante ao não comprometer a identificação do participante e do seu mandatário no certame. (Recurso Especial 542.333/RS – Rel. Min. Castro Meira – Segunda Turma – Data da Publicação: 07/11/05 – grifou-se)

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO TEM O MESMO ENTENDIMENTO:

Acórdão 291/2014 – Plenário – TCU

9.3. Dar ciência à Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO das seguintes irregularidades e impropriedades ocorridas na Tomada de Preços 05/2013, com vistas a evitá-las em futuros certames licitatórios destinados à contratação de objetos custeados por recursos federais:

9.3.4. Inabilitação de empresa devido à ausência de reconhecimento de firma, exigência essa que apenas pode ser feita em caso de dúvida da autenticidade da assinatura e com prévia previsão editalícia, conforme entendimento desta Corte, a exemplo do Acórdão 3.966/2009-2ª Câmara; Acórdão 604/2015 – Plenário

9.3.2 a jurisprudência desta Corte de Contas considera restritiva à competitividade das licitações cláusula que exija a apresentação de documentação com firma reconhecida em cartório, conforme Acórdão 291/2014 – Plenário;

(Colaborou Dra. Christianne Stroppa, advogada especializada em licitações Públicas, Contratos Administrativos e Consultora da RHS LICITAÇÕES).

No caso da Comissão de licitação se ater ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, com o argumento da vinculação ao instrumento convocatório, isto também já está relativizado na doutrina e a jurisprudência, pois antes de tudo deve ser observado o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, uma vez que se trata de irregularidade meramente formal e irrelevante. Neste sentido, da vinculação ao instrumento convocatório, o Tribunal de Justiça do

ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES

Saneamento Básico – Gestão de Cidades – Meio Ambiente



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 120552205208330537137-4
Data: 22/05/2020 17:22:02
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKB55308-GU6M;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>


Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



Estado do Paraná traduziu seu entendimento da seguinte forma, em caso que por analogia pode ser admitido em virtude de se referir a prevalência do interesse público:

Contratação pública – Princípio – vinculação ao instrumento convocatório – Caráter não absoluto – irregularidades formais – possibilidade de saneamento – prevalência do interesse público – TJ/PR

" O princípio da vinculação ao edital não é absoluto, cabendo à Administração analisar e decidir quanto à aceitação ou não de eventuais irregularidades formais especialmente quando provocada, via recurso administrativo, pela Parte que incorreu no erro. Se a irregularidade formal – preenchimento manuscrito da proposta de preço – não implicou em prejuízo para a licitação, nem interferência no julgamento objetivo da proposta mais vantajosa para a Administração, é razoável a mitigação do rigorismo em prol do interesse público" (TJ/PR AC Nº 554895-0, Rel. Leonel Cunha, j. em 28.04.2009)

Ainda na mesma linha, segundo Fabrício Santos Toscano, 2012:

".... O que deve importar é se o ato, apesar de praticado em desconformidade com a regra prevista na lei ou no edital, teve o poder de atender ao que se pretendia quando fixada a exigência. Em caso positivo e inexistindo violação a princípios ou prejuízo a terceiros, não há falar em nulidade [...] Nas lições de José dos Santos Carvalho Filho, o "princípio do formalismo procedimental" passa a noção de que as regras procedimentais adotadas para a licitação devem seguir parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo. Todavia, é preciso atentar para que, no cumprimento desse princípio, não se peque pelo "formalismo", consistente no apego exacerbado à forma e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade precípua do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Não são raros os casos em que, por um julgamento objetivo, porém, com apego literal ao texto da lei ou do ato convocatório, se excluem licitantes ou se descartam propostas que, potencialmente, representariam o melhor contrato para a Administração". (grifo nosso)

Como a comissão poderá aferir, a exigência de reconhecimento de firma em declaração, mesmo que prevista em edital, pode e deve ser suprimida ou relativizada em favor da possibilidade ampliação da disputa de propostas para que o município de Contenda possa escolher a mais vantajosa, até por que a Comissão não levanta dúvida

ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES

Saneamento Básico – Gestão de Cidades – Meio Ambiente



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 120552205208330537137-5
Data: 22/05/2020 17:22:02
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKB55309-NAMB;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



em relação a veracidade da assinatura, simplesmente acusa a falta de reconhecimento de firma.

A empresa Alto Uruguai, mantida no processo licitatório e se por ventura apresentar a melhor proposta, poderá suprir tais formalidades, condição a que se submete antes de firmar o contrato, conforme disposto no item 20.5 do Edital de Concorrência nº 02/2020.

III – DO PEDIDO

Ante ao Exposto, requer, alternativamente.

I – Recebimento e análise do presente recurso em face da decisão da Comissão Permanente de Licitações que inabilitou a empresa ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA, para participar do certame licitatório;

II – Oportunizar a empresa ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA, demonstrar a autenticidade das assinaturas e suprir a ausência, caso a Comissão assim ainda julgar necessária, uma vez que se trata de formalidade irrelevante e sanável a qualquer momento;

III – Considerar a empresa ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA habilitada para permanecer no certame e passar para a próxima fase – abertura dos envelopes propostas;

IV – No caso de indeferimento do presente recurso, que seja remetido à instância superior, para análise e manifestação.

Nestes termos

Pede deferimento.

CNPJ: 19.338.878/0001-60
ALTO URUGUAI ENGENHARIA
E PLANEJAMENTO DE
CIDADES LTDA


Maycon Pedott
Sócio Administrador
CPF: 075.832.129-52

ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES
Saneamento Básico – Gestão de Cidades – Meio Ambiente



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 120552205208330537137-6
Data: 22/05/2020 17:22:03
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKB55310-8M6R;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.no.br
<https://azevedobastos.no.br>


Bel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ALTO URUGUAI - ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ALTO URUGUAI - ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **22/05/2020 17:25:05 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ALTO URUGUAI - ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 120552205208330537137-1 120552205208330537137-6

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b724d8e17ad548c41136901da28aa5b411a74cce191f3d98d303d0d085d22baddcdf79bbbed67cdcc6258ed8b7c2e9f429723e8f97fde15f7a8d5ff8d558ea3f16

